

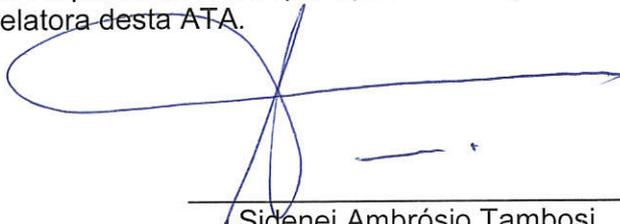
1 **ATA DA DÉCIMA TERCEIRA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO IVINHEMA REALIZADA EM 28/08/2015.**

3
4 Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, no Centro de
5 Convivência do idoso, localizado na Rua Antônio Alves de Souza, s/n, no município de
6 Angélica – MS, às dez horas da manhã, realizou-se a Décima Terceira Reunião
7 Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema. Estiveram presentes
8 nesta reunião os seguintes membros: Cláudio Ikeda Suzuki; Isaías Bernardini; Sidenei
9 Tambosi; João Renato Ceolin; Telma Menezes Araújo; Yoshihiro Hakamada; José
10 Simeão do Nascimento; Adriano Chaves de França; Heatclif Horing; Mário José
11 Maffini; Cornelia Cristina Nagel; Maria Aparecida Gomes; Marcos Barbosa Pereira;
12 Jussara Piovesan; Paulo Tamanini; Leonardo Sampaio Costa; Gleyciano Vasconcellos
13 e os seguintes convidados: Cristine Pedroso de Mendonça; Milton Barbosa; Horácio
14 Kursolis; Luciano Jikimura; Dulcileya Mônica de Souza; Guilherme Michel; Claudete
15 Bruschi; Darzisa Maria de Jesus; José Dias Duarte; João Cassuci. A Presidente do
16 Comitê, Sra. Cornelia, iniciou os trabalhos perguntando aos membros se todos
17 receberam a ATA da reunião ordinária anterior ocorrida em Laguna Carapã, se tinha
18 observações a fazer, não houve alterações necessárias, assim a ATA foi aprovada. A
19 Presidente comentou a necessidade de inclusão na ATA da reunião ordinária anterior,
20 o lembrete que foi dado aos membros para ajudarem na divulgação do processo
21 eleitoral do Comitê. Em seguida, a presidente abriu o expediente. O Sr. Leonardo
22 pediu para que fosse incluída na pauta a apresentação da introdução do trabalho
23 sobre o enquadramento que está sendo elaborado pelo Estado. O Sr. Heatclif também
24 solicitou a inclusão na pauta a aprovação da moção para regulamentação do Fundo
25 Estadual de Recursos Hídricos. Os membros aprovaram as duas inclusões de pauta,
26 que ficaram para o fim da reunião. Terminado o expediente, a Presidente iniciou a
27 leitura do parecer das Câmaras Técnicas sobre o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio
28 Ivinhema, enviado anteriormente por email aos membros. Terminada a leitura do
29 parecer, os membros aprovaram as recomendações das câmaras para serem
30 incluídas no Plano de Bacia. Antes de dar início à deliberação sobre a aprovação do
31 Plano da Bacia, o Sr. Milton Barbosa, do Sindicato Rural de Nova Alvorada do Sul,
32 pediu para fazer uma apresentação sobre suas críticas e sugestões ao Plano de
33 Bacia. Os membros acataram a solicitação. O Sr. Milton iniciou sua explanação e
34 afirmou que sua análise se deu principalmente para a sub-bacia do Rio Vacaria. Ele
35 criticou alguns dados apresentados no Plano, como os índices de coleta de esgoto em
36 zona rural e quantidade de nascentes preservadas, afirmando discordar dos dados
37 apresentados. Sr. Milton afirmou discordar da informação constatada no Plano de que
38 a poluição de postos de gasolina seria mais intensa do que as das usinas de açúcar e
39 álcool. Ele também criticou as informações sobre o uso da água na sub-bacia do Rio
40 Vacaria que, segundo ele, consta que o setor industrial capta 2% da água da região, o
41 abastecimento público 1% e irrigação 97% que, em sua opinião, são dados errôneos.
42 O Sr. Milton também criticou a informação do Plano de Bacia de que há apenas 1
43 (uma) usina de açúcar e álcool na sub-bacia do Rio Vacaria. Segundo ele, essa
44 informação não está correta. Em seguida, o Sr. Milton incluiu em sua explanação uma
45 apresentação sobre a vinhaça, resíduo orgânico da indústria sucroalcooleira,
46 enfatizando que esse resíduo é altamente poluidor e há pouca informação sobre o
47 mesmo no Plano de Bacia. Ele também criticou a proposição de criação de novas
48 APAs, pois é necessário cuidar melhor das que já existem. Também afirmou que o Rio
49 Vacaria foi pouco analisado no diagnóstico e no prognóstico, sendo no primeiro
50 restringido ao título de “pouco preservado” e “não preservado”, questionando a
51 obtenção desses dados. O Sr. Milton falou sobre a sugestão do Programa Produtor de
52 Água, que incentiva financeiramente os produtores rurais que recuperam áreas
53 degradadas. Ele sugeriu que é preciso haver programas que remunerem aqueles
54 produtores que sempre preservaram suas áreas, não apenas os que recuperam. A
55 Presidente disse que o plano dá apenas sugestões de fontes de obtenção de recursos.

56 O Sr. Leonardo esclareceu que o Programa Produtor de Água é um programa da
57 Agência Nacional de Águas, que incentiva a preservação das áreas de manancial de
58 abastecimento, sendo que dependeria do Estado determinar uma lei para Pagamento
59 por Serviços Ambientais (PSA), porém é preciso haver fonte de recursos financeiros
60 para tal. O Sr. Leonardo destacou que a principal fonte de recurso seria o Fundo
61 Estadual de Recursos Hídricos, que não está regulamentado. O Sr. Leonardo também
62 destacou que o Plano faz apenas proposições e que os recursos dependem de várias
63 emendas que terão que ser aprovadas pelo poder público. Quanto ao número de
64 usinas na sub-bacia do Rio Vacaria criticado pelo Sr. Milton, o Sr. Leonardo explicou
65 que a empresa de consultoria fez o trabalho com dados secundários e que as
66 pesquisas pararam em 2012, para que se desse início ao planejamento, podendo os
67 dados estarem desatualizados. Outro ponto destacado pelo Sr. Leonardo, é que se
68 existem usinas que não fazem lançamento de efluente no rio, praticam fertirrigação e
69 fazem captação subterrânea de água, as mesmas não foram contabilizadas no Plano
70 de Bacia, pois o mesmo trata apenas das águas superficiais. Em seguida, o Sr. Milton
71 encerrou sua apresentação dizendo que o Plano de Bacia faz recomendações muito
72 tímidas para a indústria e muito fortes para o setor agrícola. O Sr. Sidinei concordou
73 que se deu ênfase às atividades agrícolas, e pouca importância para a poluição das
74 indústrias. A Sra. Claudete pediu para que o Sr. Milton enviasse suas críticas
75 apresentadas, dizendo que são pertinentes para a futura revisão do Plano. O Sr.
76 Milton disse que o Plano tende a nascer errado se aprovado nesta reunião. O Sr.
77 Leonardo discordou, reafirmando que os estudos da bacia acabaram em 2012, quando
78 tinham apenas 400 cadastros de usuários de recursos hídricos e atualmente são 4000,
79 porém a revisão existe para que se façam essas atualizações. O Sr. Sidinei afirmou
80 que teme problemas setoriais futuros com a outorga, por exemplo, devido a
81 informações que, segundo ele, estão erradas como a de 97% de consumo para
82 irrigação, apresentado anteriormente pelo Sr. Milton. O Sr. Leonardo esclareceu que
83 há um equívoco de interpretação: segundo ele, o Plano de Bacia mostra que a
84 demanda hídrica daquela região é de 97% para irrigação quando comparada com os
85 outros usos. Ele afirmou que não haverá problemas com a outorga devido a esse dado
86 de irrigação, pois será considerada que a prioridade de uso da região é a irrigação. A
87 Sra. Mônica pediu a palavra para ressaltar a importância da aprovação do plano para
88 obtenção de recursos federais. A Presidente completou dizendo que o plano apresenta
89 diretrizes gerais e não é um documento fechado, servindo para obtenção dos
90 recursos. O Sr. Leonardo reforçou que os dados usados são os oficiais, mesmo que
91 poucos, e o principal do plano são as proposições e ações a serem tomadas e os
92 dados indicados como errôneos não afetam essas proposições. O Sr. Leonardo
93 sugeriu que o Plano de Bacia fosse aprovado com revisão a ser realizada em 3 (três)
94 anos ao invés de 5 (cinco) como era previsto. O Sr. Yoshihiro pediu para que fossem
95 oficializadas as considerações feitas pelo Sr. Milton, pois o comitê não se sente
96 confortável em aprovar o Plano com as críticas apontadas. O Sr. Cláudio sugeriu que
97 fosse feita a aprovação com ressalvas. O Sr. Leonardo se comprometeu em analisar
98 as críticas apontadas juntamente com a empresa de consultoria. Ele considerou que
99 há erros de interpretação, mas que aquilo que for pertinente será colocado como
100 anexo no Plano. O Sr. Heatclif disse aos membros que a aprovação deveria ser feita e
101 que se houver alterações este Comitê poderia deliberar e incluir posteriormente no
102 Plano sempre que houver necessidade. Sem mais colocações a serem feitas, a
103 Presidente abriu a votação para aprovação do Plano da Bacia com ressalvas. O
104 mesmo foi **aprovado por unanimidade**. A Presidente destacou que o procedimento
105 seguinte é enviar a decisão ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para
106 deliberação do mesmo. A presidente passou para o próximo item da pauta, sobre o
107 processo eleitoral do comitê. A Presidente passou a palavra para a Sra. Claudete, que
108 iniciou dizendo que poucas entidades se habilitaram para o processo eleitoral e, que o
109 IMASUL prorrogaria o prazo de submissão até dia 25 de setembro. A Sra. Claudete
110 destacou a necessidade de formar a comissão eleitoral do Comitê e pediu para que os

111 membros se manifestassem. O Sr. Leonardo afirmou que a comissão é importante
112 para dar legitimidade ao processo. Dessa forma, os membros do comitê indicaram
113 para compor a comissão: Daniele Coelho Marques da FAMASUL, Leonardo Sampaio
114 e Claudete Bruschi do IMASUL, Isaías Bernardini da FIEMS e Mônica Souza da
115 SANESUL. O Sr. Leonardo disse que a primeira reunião da comissão seria por volta
116 do dia 30 de setembro em Campo Grande. Finalizado esse item, a presidente do
117 comitê deu início as pautas aprovadas no expediente. Ela pediu para que o Sr.
118 Guilherme da Deméter Engenharia começasse sua apresentação sobre o
119 enquadramento de corpos d'água. O Sr. Guilherme esclareceu que os estudos estão
120 sendo realizados devido a uma parceria do IMASUL com a SANESUL e tem como
121 objetivo o enquadramento de 11 (onze) sub-bacias estaduais. A Sra. Claudete
122 destacou que há um Grupo de Trabalho para acompanhando do enquadramento e
123 disse que enviaria cópia da publicação do GT para o Comitê. O Sr. Mário questionou à
124 SANESUL quais são maneiras que a empresa devolve à sociedade a água que utiliza.
125 A Sra. Mônica esclareceu que a empresa está sujeita a realizar ações de
126 compensação ambiental, executando projetos de educação ambiental, plantio de
127 mudas e etc. O Sr. Milton e o Sr. Sidenei indagaram sobre o financiamento dos
128 estudos apresentados. A Sra. Mônica disse que o dever de fazer o enquadramento
129 dos corpos d'água do estado é o órgão ambiental, no caso o IMASUL, mas como a
130 SANESUL tem saldo de compensação ambiental e interesse nos 11 mananciais em
131 estudo, foi feita a proposta para financiamento do estudo. O Sr. Leonardo destacou
132 que esses estudos servirão para a atualização do plano, pois terão dados primários. O
133 Sr. Guilherme afirmou que se o Comitê aceitar em acompanhar os estudos deverá
134 haver pautas só pra esse fim, pois são estudos detalhados. O Sr. Leonardo disse que
135 se pode tentar encaixar as pautas nas próximas reuniões ou convocar extraordinárias.
136 A seguir, a Presidente passou a palavra ao Sr. Heatclif, como definido no expediente.
137 Ele destacou que a Lei Estadual 2.406 de 2002, criou o Fundo Estadual de Recursos
138 Hídricos, que não tem regulamentação. Anualmente o setor hidrelétrico repassa ao
139 tesouro estadual recursos financeiros devido à utilização dos recursos hídricos. Estes
140 recursos poderiam estar sendo aplicados na gestão hídrica do estado se o fundo
141 estivesse regulamentado. Dessa forma, o Sr. Heatclif sugeriu ao Comitê que fosse
142 aprovada a moção escrita e apresentada por ele, com base na moção já feita pelo
143 Comitê do Rio Miranda, para a Assembleia Legislativa e para a Secretaria de Estado e
144 Desenvolvimento Econômico (SEMADE), recomendando a regulamentação do Fundo
145 Estadual de Recursos Hídricos. Os membros aprovaram a moção apresentada. O Sr.
146 Leonardo pediu a palavra para dar um informe sobre a oficina do observatório das
147 águas da WWF para discutir a gestão de recursos hídricos do estado, que ocorreria
148 dia 11 de setembro às 8h30 no IMASUL. O Sr. Sidenei informou que a EMBRAPA
149 solicitou que na próxima reunião do Comitê fizesse uma apresentação sobre o estudo
150 do impacto do plantio direto sobre a disponibilidade hídrica nas microbacias do estado,
151 que está sendo realizado pela entidade. Sem mais informes ou assuntos a serem
152 debatidos deu-se por encerrada a reunião onde a Secretaria Executiva do Comitê de
153 Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema lavrou a presente ATA, que após lida e aprovada
154 será assinada pela diretoria e por mim, relatora desta ATA.

155
156
157
158
159 
160 Cornelia Cristina Nagel
161 Presidente do CBH Ivinhema
162
163
164
165



Sidenei Ambrósio Tambosi
Vice-Presidente do CBH Ivinhema